



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Adriana Rui Rodrigues Teixeira

**Determinantes Cognitivos e Comportamentais da Mediação Parental na Utilização das
Tecnologias Digitais por Adolescentes**

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

fevereiro de 2023



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Adriana Rui Rodrigues Teixeira

**Determinantes Cognitivos e Comportamentais da Mediação Parental na Utilização das
Tecnologias Digitais por Adolescentes**

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 15/02/2023,
perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Inês Martins Jongenelen (Professora Associada da Universidade
Lusófona do Porto).

Arguente: Professora Doutora Célia Regina Gomes Oliveira (Professora Auxiliar da Universidade
Lusófona do Porto)

Orientador: Professor Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva (Professor Auxiliar da
Universidade Lusófona do Porto).

fevereiro de 2023

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação,
mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

À minha família e amigos, por me apoiarem nesta aventura, em especial ao Marco, Ana Rui e à minha mãe.

À Ana Salaberth, amiga e sócia por mais uma aventura em conjunto.

A todos os professores da Universidade Lusófona do Porto (ULP) que fizeram parte do meu crescimento pessoal e profissional.

E sem dúvida, ao meu orientador Professor Doutor Diogo Lamela pelo seu conhecimento, paciência, e pelas palavras certas, nas alturas certas.

Resumo

Hoje, numa era digital, a perpetração do cyberbullying e vitimação nos adolescentes é um fenómeno crescente que preocupa investigadores e clínicos na área da saúde, e representa um desafio na parentalidade. O presente estudo teve como objetivo examinar determinantes sociodemográficos, cognitivos e comportamentais associados à mediação parental ativa e restritiva na utilização das tecnologias digitais dos/as adolescentes. Participaram neste estudo 194 pais e mães com filhos/as adolescentes entre 12 e 18 anos, a residir em Portugal. A amostra foi constituída por 72.3% dos participantes do género feminino ($n = 142$) com uma média de idades de 46.72 anos ($SD = 4.13$, variação entre 35-61 anos). Os resultados demonstraram que na mediação restritiva os determinantes significativos foram o género e escolaridade dos/as pais/mães, a idade dos/as filhos/as, as atitudes face ao cyberbullying dos/as pais/mães e a autoeficácia na influência parental na utilização da *internet*. Os determinantes que predisseram as técnicas ativas de mediação parental foram, o género e a escolaridade dos/as pais/mães, a idade dos/as filhos/as, as competências digitais parentais, a autoeficácia parental na influência na utilização da *internet* e a solicitação de informação pelos/as pais/mães na dimensão da monitorização parental. Assim, o presente estudo pode contribuir para o avanço de estudos científicos anteriores, bem como para um maior conhecimento e compreensão das práticas de mediação parental na utilização da *internet*, abrindo caminho a um maior investimento na prevenção e promoção da saúde mental dos/as adolescentes portugueses.

Palavras-chave: *Mediação Restritiva, Mediação Ativa, Adolescentes, Parentalidade, Tecnologias Digitais.*

Abstract

Today, in a digital age, the perpetration of cyberbullying and victimization in adolescents is a growing phenomenon that worries researchers and clinicians in the health area, and represents a challenge in parenting. The present study aimed to examine sociodemographic, cognitive and behavioral determinants associated with active and restrictive parental mediation in the use of digital technologies by adolescents. Participated in this study 194 fathers and mothers with adolescent children between 12 and 18 years old, residing in Portugal. The sample consisted of 72.3% of female participants ($n = 142$) with a mean age of 46.72 years ($SD = 4.13$, range from 35-61 years). The results showed that in the restrictive mediation, the significant determinants were the gender and education of the parents, the age of the children, the attitudes towards cyberbullying of the parents and the self-efficacy in the parental influence in the use from Internet. The determinants that predicted the active techniques of parental mediation were the gender and education of the parents, the age of the children, parental digital skills, parental self-efficacy in influencing the use of the internet and the request of information by fathers/mothers in the parental monitoring dimension. Therefore, the present study can contribute to the advancement of previous scientific studies, as well as to a greater knowledge and understanding of parental mediation practices in the use of the internet, paving the way for greater investment in the prevention and promotion of the mental health of Portuguese adolescents.

Keywords: *Restrictive Mediation, Active Mediation, Adolescents, Parenting, Digital Technologies.*

Índice

Agradecimentos.....	V
Resumo.....	VI
Abstract	VII
Determinantes Cognitivos E Comportamentais Da Mediação Parental Na Utilização Das Tecnologias Digitais Por Adolescentes	1
O PRESENTE ESTUDO	8
Método.....	8
PARTICIPANTES.....	8
MEDIDAS	9
PROCEDIMENTOS.....	11
ANÁLISE DE DADOS	12
Resultados.....	12
ANÁLISES PRELIMINARES.....	12
MEDIAÇÃO RESTRITIVA.....	13
MEDIAÇÃO ATIVA.....	14
Discussão.....	15
LIMITAÇÕES	17
IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA CLÍNICA E PREVENÇÃO	18
Referências Bibliográficas.....	19

Índice De Tabelas

Tabela 1.

CORRELAÇÕES BIVARIADAS ENTRE AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS.....	13
---	----

TABELA 2.

REGRESSÃO HIERÁRQUICA PREDIZENDO MEDIAÇÃO RESTRITIVA PARENTAL	14
---	----

TABELA 3.

REGRESSÃO HIERÁRQUICA PREDIZENDO MEDIAÇÃO ATIVA PARENTAL	15
--	----

Lista de Abreviaturas / Acrónimos

PSE – Autoeficácia Parental

SPSS - *Statistical Program for Social Sciences* v28.0

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

Determinantes cognitivos e comportamentais da mediação parental na utilização das tecnologias digitais por adolescentes

As redes sociais originaram uma nova forma de organização e comunicação, uma nova forma de se estar ligado com outros, perto ou longe. O mundo digital começou a fazer parte da nossa vida, com os seus prós e contras, sendo importante para a investigação compreender os seus padrões e a sua influência, nos comportamentos e crenças, em crianças e adolescentes (Gómez et al., 2017). A tecnologia evolui, e com ela o acesso a todo tipo de plataformas digitais por parte das crianças e adolescentes, que se ajustam a uma velocidade muito diferente dos/as pais/mães. Os recentes estudos têm vindo a demonstrar o impacto da perpetração da ciberviolência e da vitimação nos adolescentes e a multiplicidade das diferentes formas de violência com que os investigadores se deparam numa era digital, sempre em fenómeno crescente (Garett et al., 2016; Hamm et al., 2015; Kowalski et al., 2019). Devido ao rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), os/as adolescentes hoje comunicam-se através do digital, nas diferentes e variadas plataformas que emergem, sendo o principal meio de comunicação na sociedade atual (Hinduja & Patchin, 2014).

O domínio das TIC, que definem o ciberespaço, traz muitas vantagens para o desenvolvimento global dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Para além do acesso imediato a uma grande quantidade de informações, é a capacidade de comunicar instantaneamente com qualquer pessoa que mais se evidencia (Goodyear et al., 2018). Os/as adolescentes nascidos/as na era digital crescem desenvoltos nessas vantagens e comunicam indiscriminadamente no espaço físico ou virtual (Kirschner & De Bruyckere, 2017). Porém, também existem desvantagens e riscos acrescidos na utilização das TIC (Peterson & Densley, 2017, Rosen et al., 2013). O ciberespaço é um meio onde os/as adolescentes interagem, muitas vezes longe dos olhares e da supervisão familiar e em circunstâncias de elevada agressividade interpessoal (Menesini et al., 2013).

A adolescência é um período significativo do desenvolvimento humano, em que sucedem inúmeras transformações biopsicossociais, emergindo novas oportunidades e descobertas (Elsaesser et al., 2017). É uma fase caracterizada pelos processos de autonomia e independência, que vão potenciar um afastamento às figuras parentais, na tentativa de construir e exercer o seu novo posicionamento social (Steinberg & Lerner, 2004). São estas oportunidades e experiências que aliadas à sofisticação dos riscos no mundo digital tendem a expor os/as adolescentes a diferentes contextos, com inerentes situações de risco e vulnerabilidades aumentadas tornando-os propensos a serem vítimas de crime mediado pela tecnologia.

O fenómeno crescente da perpetração da ciberviolência em adolescentes, abre caminho ao desenvolvimento da subcultura juvenil, que se torna alarmante e constitui um problema emergente de saúde pública, despertando preocupação na comunidade científica (Camerini et al., 2020). Decorre desta evolução social, o aparecimento do par digital da violência interpessoal, a ciberviolência, usualmente anónima, provocando assimetria na relação, intencional e sem janela temporal, estando sempre presente, e com inúmeras formas de manifestação entre os/as jovens (Peterson & Densley, 2017). À luz do crescente uso das tecnologias digitais pelos/as adolescentes, a exposição a riscos *online* é preocupante, tornando o cyberbullying numa das expressões mais pesquisadas até à data (Wright, 2018). Definido como um comportamento através de meio eletrónico ou digital, por indivíduo ou grupo, que comunica de forma agressiva e hostil com intenção de infligir danos emocionais ou desconforto no outro (e.g., ameaçar, prejudicar, envergonhar, ou excluir socialmente) (Ang, 2015). Embora exista sobreposição em alguns aspetos entre *bullying* e *cyberbullying*, o último, quer seja na sua consumação como vitimação é conceito único (Camerini, 2020). Como tal, o cyberbullying e a ciberviolência no geral, podem ter consequências sérias e problemáticas, conduzindo a vários problemas de curto e longo prazo, que têm impacto na saúde ao nível biopsicossocial. Os problemas mais graves associados ao cyberbullying e a todos os intervenientes que o experimentam, são a depressão e a ideação suicida, e na cibervitimização, a depressão (Elsaesser et al., 2017).

Assim, a investigação procura compreender quais as estratégias que podem auxiliar na minimização da exposição dos/as adolescentes aos riscos *online* e minimizar as consequências negativas que advêm deste fenómeno de forma concludente. Os estudos sobre a prevenção do cyberbullying têm dominado como referência um modelo biopsicossocial, baseado no eixo ecológico de Bronfenbrenner (1979), no qual diferentes níveis individuais (intrapessoal e interpessoal) e contextuais de fatores de proteção e risco são determinantes (Cross et al., 2015). Neste sentido, o contexto familiar tem sido visto como um dos níveis de influência mais significativos na prevenção do cyberbullying (Kowalski et al., 2019). De facto, a abordagem sistémica aponta para que a adolescência e os seus riscos não dependem só da individualidade enquanto pessoa, mas também dos contextos em que se inserem, nomeadamente nos microssistemas, como família, escola e comunidade, assim como também nos macrossistemas, como a cultura e valores, entre outros. Destaca-se assim, que o contexto no qual os/as adolescentes estão inseridos como, família, escola e comunidade, representa um papel crucial no seu desenvolvimento, na medida em que pode exercer uma função protetora e/ou uma função de risco (Guzmán, 2007).

Benedetto e Ingrassia (2020) concluíram que um em cada três utilizadores digitais é criança ou adolescente, com idade inferior a 18 anos de idade, e que embora nasçam e cresçam numa

realidade digital, não são “alfabetizados digitalmente”, o que significa que os/as adolescentes não são capazes de gerir e refletir sobre todas as conjunturas do mundo digital, implicando dificuldades na gestão da privacidade e na garantia da própria segurança pessoal. Surge assim o importante papel da parentalidade como tal, e dos/as pais/mães como os primeiros mediadores nas experiências no mundo digital, quer na integração do seu uso nas rotinas diárias, quer na promoção de comportamentos seguros (Livingstone & Helsper, 2008). A investigação mostra que a mediação parental tem sido considerada como uma estratégia explicativa na prevenção de riscos, redução de comportamentos problemáticos, bem como associada a comportamentos positivos *online* (e.g., Álvarez et al., 2013; Liu et al., 2012; Shin & Kang, 2016).

Estudos empíricos sugerem que as práticas parentais direcionadas para envolvimento dos/as pais/mães no uso e nas atividades digitais dos/as adolescentes representam um mecanismo de proteção, conduzindo assim a menores riscos de sofrerem de cyberbullying e serem expostos a conteúdo indesejado (e.g., pornografia) (Álvarez et al., 2013; Elsaesser et al., 2017; Lwin et al., 2008; Mesch, 2009). A mediação parental surge como um preditor longitudinal robusto na prevenção dos riscos no digital, e que pode ser definida como as práticas através das quais os/as pais/mães tentam gerir a utilização da *internet* dos/as filhos/as (Sciacca et al., 2022). Denote-se que a ausência de mediação parental é considerada um fator de risco significativo para a ocorrência de situações como a perpetração do cyberbullying e da vitimação (Korchmaros et al., 2014). Khurana et al. (2015) também encontraram uma associação entre práticas parentais de monitorização, o estabelecimento de regras acerca do uso da *internet* e menor probabilidade de riscos na utilização da *internet* pelos/as adolescentes.

Os investigadores reconheceram assim o importante papel da parentalidade na influência e na regulação do comportamento por parte das crianças/adolescentes (Dornbusch et al., 1987; Miller, 2002; Steinberg & Morris, 2001). Maidel e Vieira (2015) consideram a mediação como o tipo de conduta e práticas realizadas pelos/as pais/mães que influenciam a forma como os/as filhos/as processam o que pensam a respeito dos conteúdos experimentados nos meios de comunicação social. Valkenburg et al. (1999) com a primeira investigação sobre a mediação parental relativamente à visualização da televisão, identificaram três estratégias, que posteriormente também são aplicadas ao uso das TIC, a mediação ativa, mediação restritiva e mediação por co-vizualização. Na mediação ativa o diálogo entre pais/mães e os/as filhos/as é predominante, assim como a orientação e o debate sobre as atividades *online* e os conteúdos disponíveis ou pesquisados. O objetivo é auxiliar as crianças/adolescentes a desenvolverem um pensamento crítico (Collier et al., 2016). A mediação restritiva centra-se no estabelecimento de regras no uso da *internet* e no tempo despendido *online* (Chen & Chng, 2016). Aqui as regras não são negociadas com as

crianças/adolescentes, mas impostas. Na mediação de co-visualização, um dos responsáveis (pai/mãe) está sempre presente, acompanhando a criança/adolescente no uso da *internet* e na permanência *online*, mas sem intervir (Livingstone & Helsper, 2008).

Na meta-análise conduzida por Collier et al. (2016) constatou-se que os resultados da mediação restritiva desempenharam um papel modesto para o uso das TIC nas crianças e adolescentes, mas foram estatisticamente significativos no tempo de uso da *internet* e na redução à exposição de conteúdo de cariz sexual. Por sua vez, a mediação ativa aparentou ser a mais eficaz, atuando como um fator protetor relativamente a efeitos negativos do digital relacionados com comportamentos agressivos, consumo de álcool e pornografia entre os/as adolescentes, não tendo impacto significativo no tempo gasto nas atividades *online*. Globalmente, a mediação ativa funciona melhor do que a mediação restritiva na redução destes riscos do que a mediação restritiva (Duerager & Livingstone, 2012; Khurana et al., 2015; Lwin et al., 2008; Shin & Kang, 2016), sendo que a mediação restritiva está associada tanto positiva como negativamente aos riscos *online* (Khurana et al., 2015; Lau & Yuen, 2016; Lee, 2013; Lee & Chae, 2012; Livingstone et al., 2017; Sasson & Mesch, 2014; Shin & Kang, 2016). Constatou-se também que a mediação por co-visualização, no caso dos meios digitais, poderá ser a menos viável, devido às restrições físicas, tal como a necessidade de partilha do dispositivo (Valkenburg et al., 2013).

Livingstone e Helsper (2008) identificaram mais duas estratégias de mediação específica para além das três estratégias de mediação básicas para o uso das TIC. A restrição técnica, que corresponde à instalação de *software* que limita o acesso dos/as adolescentes a determinados sites, e a monitorização que se refere a um conjunto de práticas parentais ou de comportamentos através dos quais os/as pais/mães solicitam informação (e.g., sobre o local onde se encontram, os colegas, as atividades) e controlam (e.g., verificação do histórico da *internet* ou de mensagens) dos/as adolescentes (Borawski et al., 2003). Surge mais tarde numa investigação de Livingstone et al. (2017) uma outra estratégia, a mediação facilitadora (*enabling mediation*) que consiste em práticas de mediação ativa com comportamentos mais controladores (restrições técnicas e monitorização) com o objetivo de proporcionar aos adolescentes um ambiente seguro no mundo digital, maximizando assim as oportunidades da *internet*.

As estratégias de mediação parental na utilização das tecnologias digitais, assim como as práticas de socialização adotadas e/ou escolhidas são orientadas por crenças, valores e experiências dos/as próprios/as pais/mães (Sciacca et al., 2022). A escolha da estratégia prende-se com a negociação que ocorre na interação entre pais/mães e filhos/as e com base nos fatores pessoais e ambientais (Symons et al., 2017).

Pouco se sabe sobre os determinantes sociodemográficos, cognitivos e comportamentais que podem estar associados à seleção de estratégias de mediação parental específica. No entanto, a literatura tem identificado alguns determinantes que influenciam a mediação parental, e que parecem estar correlacionados com adoção de estratégias úteis e eficazes para a prevenção de riscos nos/as adolescentes (Álvarez et al., 2013).

Assim, no que diz respeito aos determinantes demográficos dos/as filhos/as, os estudos sugerem que a idade (Beyens & Valkenburg, 2019) e o género (Wright, 2017) podem influenciar a mediação parental. Relativamente à idade, são utilizadas menos estratégias de mediação nos/as adolescentes mais velhos/as do que nos/as mais novos/as (Bocking & Bocking, 2009; Khurana et al., 2015; Livingstone & Helsper 2008; Padilla-Walker et al., 2011; Sonck et al., 2013). No entanto, a mediação ativa parece ser usada de forma consistente ao longo dos anos de pré-adolescência e adolescência (Shin & Lwin, 2017; Sonck et al., 2013). Neste sentido, os estudos parecem sugerir que os/as adolescentes mais velhos/as apresentam uma maior autorregulação e consciência dos riscos *online*, o que aliado ao aumento da sua autonomia, reduz os esforços de mediação parental (Padilla-Walker & Coyne, 2011; Symons et al., 2017). Em relação ao género, a investigação sugere que os/as pais/mães aplicam mais estratégias de mediação parental no uso das TIC nas raparigas do que nos rapazes (Chng et al., 2014; Wright, 2017).

A investigação tem apontado que os determinantes sociodemográficos dos/as pais/mães podem parcialmente influenciar as estratégias de mediação parental, como a idade, o género, o estatuto social e a escolaridade (Sciacca et al., 2022; Sonck et al., 2013). Assim, pais/mães mais jovens tendem a utilizar mais estratégias em todas as formas de mediação na utilização da *internet* com os/as adolescentes, do que os/as pais/mães mais velhos/as (Connell et al., 2015; Sonck et al., 2013). Relativamente ao género, parece que as mães são mais ativas nas diferentes formas de mediação (Nikken & Jansz, 2014; Valkenburg et al., 1999). No estatuto social e nível de escolaridade, alguns estudos prévios sugeriram que famílias com um nível socioeconómico mais elevado e pais/mães com níveis escolares superiores tendem a utilizar mais estratégias de mediação parental (Livingstone et al., 2015; Nikken & Jansz, 2006).

No que diz respeito aos determinantes cognitivos, os estudos sugerem que as competências digitais parentais, as atitudes dos/as pais/mães face ao cyberbullying e a autoeficácia parental (PSE) podem interferir parcialmente na mediação parental (Livingstone & Helsper 2008; Sciacca et al., 2022). Relativamente às competências digitais verificou-se que os/as pais/mães que usam menos a *internet* e que têm menos conhecimento sobre o mundo digital envolvem-se menos na mediação parental (e.g., co-visualização, restrições técnicas e monitorização) (Livingstone & Helsper, 2008; Wang et al., 2005). Assim, Livingstone et al. em 2017 verificaram que os/as pais/mães que

reportaram competências digitais mais elevadas, empregam uma mediação menos restritiva e mais ativa, relativamente ao uso das TIC pelos/as adolescentes. Não obstante, pais/mães digitalmente mais ativos e qualificados envolvem-se em práticas de mediação parental, principalmente a mediação técnica e a monitorização (Nikken & Jansz, 2014; Sonck et al., 2013). No que concerne às atitudes dos/as pais/mães face ao cyberbullying, estas parecem interferir no processo de mediação, na medida em que os/as pais/mães acreditam que o uso nas tecnologias digitais dos/as filhos/as é prejudicial quer na educação, quer na saúde (Livingstone & Helsper 2008; Mascheroni et al., 2013; Symons et al., 2017). Assim, pais/mães com atitudes mais negativas em relação ao mundo digital e preocupados com os riscos tendem a aplicar com mais frequência todo o tipo de estratégias de mediação, com especial destaque para a mediação restritiva, pois temem que os/as filhos/as tropecem nos riscos *online*, com destaque para a vitimação e perpetração de cyberbullying (Lee, 2013; Nikken & Jansz, 2014; Valkenburg et al. 1999). Este cenário tem tendência a emergir no seio da parentalidade, devido aos medos da crescente e preocupante exposição aos riscos existentes no digital e às próprias perceções sobre a incapacidade dos/as seus/suas filhos/as para lidarem com estes contextos (Lee, 2013). Ainda sobre os determinantes cognitivos, a autoeficácia parental (PSE) apareceu na literatura como um fator de relevo na mediação parental para as experiências dos/as adolescentes no uso das TIC, e manifestou-se como um preditor essencial na efetividade da manutenção de uma mediação ativa (Glatz et al., 2018; Shin, 2018). A PSE digital prende-se com estimativas autorreferentes sobre a própria competência no papel parental, ou seja, a perceção dos/as pais/mães sobre a sua influência para o uso do digital e prevenção das experiências *online* negativas (Glatz et al., 2018). Bandura (1977) e Shin (2017) realizaram algumas pesquisas sobre a PSE no uso das TIC como um determinante da mediação. Para os autores, pais/mães que experimentassem influenciar positivamente os/as seus/suas filhos/as (níveis mais elevados de PSE), eram mais vocacionados a utilizar práticas parentais eficazes, refletindo um impacto positivo na adaptação dos/as adolescentes (Bandura, 1977; Shin 2015; 2017). Seguindo esta linha de pensamento, espera-se que uma PSE mais elevada, aumente o compromisso e o interesse parental na paternidade, bem como aumente a motivação para mais esforços em práticas mais eficazes (Jones & Prinz, 2005). Ao encontro da teoria de Bandura, a investigação sugere que para níveis de PSE elevados, estão associados estilos parentais positivos (afeto e apoio), enquanto que níveis mais baixos de PSE, se revelam práticas parentais negligentes, como a disciplina inconsistente ou severa (e.g., Glatz & Buchanan, 2015). Logo, a evidência empírica sugere que a PSE está positivamente relacionada com as práticas parentais eficazes. Shin (2015; 2017) refere que a perceção dos/as pais/mães sobre as suas competências de influenciar os/as seus/suas filhos/as no *online* diminui com o aumento da idade. As poucas investigações demonstraram que pais/mães que sejam

utilizadores regulares sentem-se mais confiantes nas suas competências, e por sua vez apresentam uma maior PSE, têm tendência para uma mediação ativa e restritiva (Hwang et al., 2017). Por outro lado, pais/mães com baixa literacia, pouco uso dos meios digitais ou mesmo ausência de utilização, tendem a achar difícil a monitorização dos/as seus/suas filhos/as, resultando numa baixa PSE no digital (Livingstone & Helsper, 2008).

Relativamente aos determinantes comportamentais, a investigação sugeriu que a monitorização parental nas suas dimensões de solicitação da informação e no controlo parental dos/as adolescentes, poderá influenciar parcialmente a mediação (Stattin & Kerr, 2000). Assim, pais/mães que monitorizam o uso das TIC dos/as adolescentes parecem aplicar técnicas ativas de mediação e apresentam maior preocupação com o mundo digital (Bleakley et al., 2016). A mediação ativa, a mediação restritiva e a monitorização, nomeadamente no controlo de determinados *sites*, na restrição do tempo e na solicitação de informação sobre as atividades *online* parecem estar relacionadas com a redução do risco e dos comportamentos desviantes dos/as adolescentes no digital (Khurana, et al., 2015; Kirwil, 2009; Livingstone & Helsper, 2008). Neste sentido, a monitorização parental está associada a taxas mais baixas de exposição dos/as adolescentes a conteúdo *online* negativo (Cho & Cheon, 2005). Segundo a investigação, os/as pais/mães tendem a aplicar uma mediação menos restritiva e pouca monitorização com adolescentes que se envolvem numa maior variedade de atividades *online* e por consequência passam mais horas *online* (Nikken & Jansz, 2014; Sonck et al., 2013). Esta consequência poderá estar relacionada com o facto de a constância no uso das TIC ser mais difícil de regular (Padilla-Walker & Coyne, 2011). Além disso, há evidências de que adolescentes com menos monitorização parental sofrem maior assédio no digital (e.g., como receber *emails* ou mensagens impróprias e serem alvos de boatos colocados nas redes sociais) (Borawski et al., 2003; Khurana et al., 2015). Assim, espera-se que os efeitos protetores da monitorização parental no comportamento dos/as adolescentes no mundo digital seja indicador de um menor uso problemático das TIC.

Alguns pais/mães pouco sabem sobre as atividades *online* dos/as seus/suas filhos/as e têm dificuldade em monitorizar o seu uso, uma vez que, as suas próprias experiências podem ser preditoras no encorajamento ou limitação no uso dos meios digitais pelos/as adolescentes, e de acordo com as oportunidades ou perigos que os/as próprios/as pais/mães atribuem, o que sugere que a monitorização e a autoeficácia parental são fatores cruciais (Benedetto & Ingrassia, 2020). Wright (2015), concluiu que as associações entre vitimação por cyberbullying e depressão e/ou ansiedade eram reduzidas quando os/as pais/mães se envolviam nas atividades e aplicavam estratégias de mediação ativa e restritiva em relação ao uso das tecnologias digitais dos/as seus/suas filhos/as.

O Presente Estudo

Constata-se então que alguns pais/mães parecem ter alguma dificuldade em controlar as atividades *online* dos/as filhos/as, manifestando sentimentos de perda de controlo e indícios de negligência digital, o que poderá fazer com que os/as adolescentes fiquem expostos à vulnerabilidade dos riscos, nomeadamente na perpetração da ciberviolência e da vitimação (Elsaesser et al., 2017). Assim, a investigação considera a mediação parental como um pilar no desenvolvimento de competências das crianças/adolescentes para a utilização e interpretação dos meios de comunicação, e para a promoção de resultados positivos, prevenindo ao mesmo tempo os efeitos negativos (Nikken & Schols, 2015). Parece existir uma relação clara entre os constructos de perpetração da ciberviolência e dos riscos de vitimação e a importância da mediação parental, como indicadores preventivos destes dois conceitos complexos e de interação recíproca (Camerini et. al., 2020).

Neste contexto, a literatura anterior tem identificado alguns determinantes sociodemográficos, cognitivos e comportamentais da mediação parental, no entanto nenhum estudo até ao momento testou no mesmo modelo estas variáveis em conjunto. O presente estudo teve como objetivo testar os determinantes sociodemográficos (idade, género e escolaridade dos/as pais/mães e filhos/as), cognitivos (competências digitais parentais, atitudes face ao cyberbullying dos/as pais/mães, autoeficácia parental na prevenção do risco e autoeficácia na influência parental) e comportamentais (monitorização parental nas dimensões da solicitação de informação e no controlo parental) na mediação ativa e na mediação restritiva parental na utilização das tecnologias digitais dos/as filhos/as adolescentes.

Método

Participantes

Participaram no estudo 194 pais e mães com filhos/as adolescentes entre 12 e 18 anos a residir em Portugal. A amostra foi constituída por 72.3% dos participantes do género feminino ($n = 142$). A média de idades dos participantes foi de 46.72 anos ($SD = 4.13$, variação entre 35-61 anos). No que diz respeito ao estado civil, 85.6% dos participantes eram casados ou em coabitação ($n = 166$), 14.4% divorciados/separados, solteiros ou viúvos. O nível de escolaridade dos participantes, 25.8% indicaram ter habilitações literárias até ao 12º ano de escolaridade ($n = 50$), 53.6% tinham o grau licenciatura ($n = 104$) e 20.6% possuíam mestrado/doutoramento ($n = 40$). A maioria dos participantes encontrava-se a trabalhar 92.8% ($n = 180$) e 55.2% apresentaram rendimentos até

dois salários mínimos ($n = 106$). Relativamente às características dos/as adolescentes, 55.2% eram do sexo feminino ($n = 107$), e 60.6% apresentavam habilitações literárias até ao 9º ano de escolaridade ($n = 117$). Os critérios de inclusão para participar no estudo foram: (i) ser pai/mãe de pelo menos um adolescente com idade entre os 13 e os 18 anos de idade; (ii) residir ou ter contacto frequente com o/a adolescente nos últimos seis meses; (iii) residir em território português, e (iv) saber ler e escrever português.

Medidas

Questionário Sociodemográfico. O questionário foi composto por 12 questões de variáveis sociodemográficas sobre os/as participantes e o/a filho/a adolescente.

Mediação Ativa. A mediação ativa foi medida através da subescala de mediação ativa da Escala de Mediação Parental (Sciacca et al., 2022; versão portuguesa Lamela & Jongenelen, 2022). Este instrumento avalia as estratégias adotadas pelos pais e mães na regulação, discussão e monitorização ativa da utilização das tecnologias digitais pelos/as filhos/as. A subescala é composta por oito itens (e.g., *‘Explico por que razão alguns sites são apropriados ou inadequados’*), respondidos numa escala de *Likert* de cinco pontos (‘0’ Nunca até ‘5’ (Quase) Sempre). Quanto maior a pontuação, maior a utilização de estratégias de mediação ativa. A versão portuguesa encontra-se em validação psicométrica. A consistência interna da subescala no presente estudo, foi boa ($\alpha = .83$).

Mediação Restritiva. A mediação restritiva foi medida através da subescala de mediação restritiva da Escala de Mediação Parental (Sciacca et al., 2022; versão portuguesa Lamela & Jongenelen, 2022). Este instrumento avalia as estratégias adotadas pelos pais e mães na regulação, discussão e monitorização restritiva da utilização das tecnologias digitais pelos/as filhos/as. A subescala é por oito itens (e.g., *‘Eu uso o controle dos pais ou outros meios técnicos de bloquear, filtrar, acompanhar os sites ou aplicativos que meu(minha) filho(a) usa’*), respondidos numa escala de *Likert* de cinco pontos (‘0’ Nunca até ‘5’ (Quase) Sempre). Quanto maior a pontuação, maior a utilização de estratégias de mediação restritiva. A versão portuguesa encontra-se em validação psicométrica. A consistência interna da amostra, apresentou um valor de alfa de Cronbach de .83.

Competências Digitais. As competências digitais foram avaliadas através do Inventário de Competências Digitais (Lamela & Jongenelen, 2022). Esta medida é composta por sete itens (e.g., *‘Sei identificar emails, posts ou publicidades online fraudulentos’*), que avaliam as competências digitais percebidas, medindo competências tecnológicas, de segurança, de pensamento crítico e de seleção de informação de acordo com o modelo de literacia digital de Rodríguez-de-Dios et al. (2016). É utilizada uma escala de *Likert* de quatro pontos (‘1’ Falso/Nada verdadeiro até ‘4’

Totalmente verdadeiro). Quanto maior a pontuação, maior a competência digital percebida. A medida encontra-se em validação psicométrica. A consistência interna para a presente amostra foi de $\alpha = .82$.

Atitudes face ao Cyberbullying. As atitudes face ao cyberbullying foram avaliadas através da Medida Atitudes face ao Cyberbullying (Barlett et al., 2016; versão portuguesa Lamela & Jongenelen, 2022). Esta medida avalia as atitudes positivas relativas à perpetração de cyberbullying em adolescentes, jovens adultos e adultos. É composta por nove itens (e.g., *'Faz-me sentir bem atacar outras pessoas online quando elas merecem'*), respondidos numa escala *Likert* ('1' Concordo totalmente até '5' Discordo totalmente). Quanto maior a pontuação, maior as atitudes negativas face ao cyberbullying. A versão portuguesa da medida encontra-se em validação psicométrica. A consistência interna para a presente amostra foi de $\alpha = .70$.

Autoeficácia Parental na Prevenção do Risco na Utilização da Internet. Esta medida foi avaliada através da subescala da Autoeficácia Parental na Prevenção da Internet (Glatz et al., 2018; versão portuguesa Lamela & Jongenelen, 2022). Este instrumento mede o grau de confiança dos/as pais/mães na sua competência em prevenir potenciais riscos associados ao uso da internet por parte dos/as filhos/as. É composto por 10 itens (e.g., *'Entre em contacto online com pessoas perigosas'*), respondidos numa escala *Likert* ('1' Nada confiante até '5' Extremamente confiante). Quanto maior a pontuação, maior a autoeficácia parental na prevenção do risco na utilização da internet. A versão portuguesa da medida encontra-se em validação psicométrica. A consistência interna da subescala no presente estudo, foi muito boa ($\alpha = .93$).

Autoeficácia Parental na Influência na Utilização da Internet. Esta medida foi avaliada através da subescala da Autoeficácia Parental na Influência da Internet (Glatz et al., 2018; versão portuguesa Lamela & Jongenelen, 2022). Este instrumento mede o grau de confiança dos/as pais/mães na sua competência em influenciar os/as filhos/as nas atividades online. É composta por dois itens (e.g., *'O quanto tempo acha que pode influenciar o tempo que o(a) seu(sua) filho(a) passa na internet'*), respondidos numa escala *Likert* ('0' Nada até '10' MUITÍSSIMO). Quanto maior a pontuação, maior a autoeficácia parental na influência na utilização da internet. A versão portuguesa da medida encontra-se em validação psicométrica. A consistência interna da amostra, apresentou um valor de alfa de Cronbach de .83.

Controlo Parental. O controlo parental, enquanto dimensão da monitorização parental, foi avaliado através da subescala de Controlo Parental de Stattin e Kerr (2000; versão portuguesa Lamela & Jongenelen, 2022). Este instrumento avalia os esforços de monitorização parental através das dimensões do controlo parental. É composto por cinco itens (e.g., *'Se o(a) seu(sua) filho(a) sair à noite no fim-de-semana, ele(a) tem de informar os pais(mães) de antemão sobre com quem vai*

estar e aonde vai estar'), respondidos numa escala de *Likert* de cinco pontos ('0' Não, nunca até '5' Sim, sempre). Quanto maior a pontuação, maior o controlo parental exercido. A versão portuguesa encontra-se em validação psicométrica. A consistência interna da subescala, apresentou valor de alfa de Cronbach de .70.

Solicitação Parental. A solicitação parental, enquanto dimensão da monitorização parental, foi avaliada através da subescala da Solicitação Parental de Stattin e Kerr (2000; versão portuguesa Lamela & Jongenelen, 2022). Este instrumento avalia as tendências dos/as pais/mães na busca ativa de informações sobre os/as filhos/as. É composta por cinco itens (e.g., *'Com que frequência conversa com os(as) amigos(as) do(a) seu(sua) filho(a) quando eles(as) vêm a sua casa'*), respondidos numa escala de *Likert* de cinco pontos ('0' Nunca até '5' Sempre). Quanto maior a pontuação, maior a solicitação parental. A versão portuguesa encontra-se em validação psicométrica. A consistência interna da subescala, apresentou uma boa fiabilidade ($\alpha = .82$).

Procedimentos

O presente estudo foi realizado através da análise de dados recolhidos *online* do projeto "Ecologia da Parentalidade Digital", sobre os determinantes das crenças, atitudes e comportamentos parentais relativos à utilização das tecnologias digitais por adolescentes portugueses. Foi construído com base num design transversal com recurso a uma amostra de pais e mães para a recolha de dados *online*. Para o efeito, foram utilizados diferentes meios de divulgação, nomeadamente: i.) anúncios de divulgação nas redes sociais (através da conta institucional da ULP, do HEI-Lab e dos contactos profissionais e pessoais dos membros da equipa de investigação); ii.) contacto por email para emails institucionais de estabelecimentos de ensino superior; iii.) contacto por email de direções de Associações de Pais a solicitar a divulgação do estudo via email entre os seus associados (e.g., Confederação Nacional das Associações de Pais); e por fim, iv.) divulgação em fóruns *online* dedicados à parentalidade e à adolescência. Através dos anúncios e convites à participação, foi incluído o *link* de acesso ao estudo.

O estudo foi desenvolvido na plataforma *Qualtrics*. Na primeira página do estudo fazia referência às boas-vindas ao estudo, bem como, a identificação e a instituição a que pertencia o investigador principal. Os/as participantes eram convidados a entrar no estudo, clicando no botão "Seguinte". O protocolo era formado pelo consentimento informado, por uma ficha com dados sociodemográficos e pelo protocolo de avaliação. No consentimento informado esclareceu-se informação sobre os objetivos de estudo, critérios de inclusão, e os procedimentos metodológicos, nomeadamente sobre a participação voluntária, anónima e confidencial no estudo. Assim como, a possibilidade de desistência de participação, a confidencialidade e privacidade dos dados

recolhidos e finalmente, sobre os procedimentos de armazenamento dos dados. Não se forneceu compensação financeira pela participação. O inquérito *online* esteve disponível entre março e junho de 2022. A recolha de dados foi realizada através da conta institucional do investigador principal na plataforma *Qualtrics*. Para garantir a qualidade dos dados, foram aplicados procedimentos de limpeza dos dados, nomeadamente foi definido que os/as participantes teriam que ter pelo menos uma taxa de resposta superior a 70% no protocolo de investigação, e que seriam excluídos os/as participantes que apresentassem falta de esforço ou atenção, avaliada utilizando o ponto de corte da escala *Directed Questions Scale* (Maniaci & Rogg, 2014), desenvolvida para detetar respostas descuidadas ou desatentas em questionários ou inquéritos científicos. Com aplicação destes procedimentos, a amostra final foi de 194 participantes no universo de 302 respostas registadas na plataforma.

Análise de Dados

Foi inicialmente conduzida uma análise correlacional bivariada para preliminarmente observar a significância, força e direccionalidade das correlações entre as principais variáveis em estudo. De seguida, com o objetivo de identificar os determinantes da mediação parental ativa e mediação parental restritiva foram realizadas duas regressões lineares hierárquicas independentes (modelo *enter*). Em cada uma das regressões lineares hierárquicas, o género, a idade e a educação dos/as pais/mães e o género e a idade dos/as filhos/as entraram no modelo no Bloco 1. A perceção das competências digitais, as atitudes face ao cyberbullying, a autoeficácia na utilização da *internet* foram incluídas no Bloco 2. Por fim, no Bloco 3, foram incluídas no modelo o controlo parental e a solicitação parental, como indicadores da monitorização parental. Recorreu-se ao *software* IBM SPSS® versão 28 para realizar as análises estatísticas.

Resultados

Análises Preliminares

A Tabela 1 apresenta as correlações bivariadas preliminares para determinar a associação entre as variáveis. Na globalidade, as associações entre as variáveis do estudo apresentaram associações significativas nas direções esperadas, à exceção da perceção das competências digitais e as atitudes face ao ciberbullying.

Tabela 1.*Correlações Bivariadas entre as principais variáveis*

	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.
1. Mediação ativa	–								
2. Mediação restritiva	.58***	–							
3. Idade pais/mães	-.21**	-.25***	–						
4. Idade filhos/as	-.19**	-.38***	.22**	–					
5. Competências digitais	.20**	.12	-.09	-.08	–				
6. Atitudes face Ciberbullying	.12	.13	.02	.14*	-.01	–			
7. Prevenção parental	.18**	.02	-.09	.14	.23***	.03	–		
8. Influência parental	.50***	.46***	-.23***	-.08	.15*	.07	.31***	–	
9. Controlo parental	.23***	.22**	-.20**	-.13	.04	-.03	-.01	.17*	–
10. Solicitação parental	.49***	.28***	-.14	-.02	.09	.12	.15*	.37***	.28***

Nota. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Mediação Restritiva

Tal como apresentado na Tabela 2, o modelo final de regressão hierárquica para a predição da mediação restritiva, tendo as variáveis sociodemográficas e determinantes cognitivos e comportamentais como preditores, foi significativo, $F(11, 177) = 9.55$, $p < .001$. O modelo final explicou 37% da variância da mediação restritiva. O Bloco 1 contribuiu para a variância na mediação restritiva, em que o género e a escolaridade dos/as pais/mães, assim como a idade dos/as adolescentes se mostraram preditores significativas da mediação restritiva. Os resultados para o Bloco 2 indicaram que a introdução das atitudes face ao ciberbullying e da autoeficácia na influência utilização *internet* contribuiu significativamente para o aumento da variância explicada da mediação restritiva ($\Delta R^2 = .16$, $p < .001$). Por fim, as dimensões da monitorização parental introduzidos no Bloco 3 não contribuiriam significativamente para a variância na mediação restritiva.

Tabela 2.*Regressão Hierárquica Predizendo Mediação Restritiva Parental*

Variável	B (SE)	β	R^2	ΔR^2
Bloco 1				
Gênero pais/mães	-2.24 (0.97)	-.16*		
Idade pais/mães	-0.16 (0.11)	-.11		
Escolaridade pais/mães	-2.32 (0.96)	-.16*		
Gênero adolescentes	-0.25 (0.85)	-.02		
Idade adolescentes	-1.16 (0.23)	.35***		
F (5, 183)	8.515***		.19***	
Bloco 2				
Competências digitais pais/mães	0.13 (0.09)	.09		
Atitudes face <i>cyberbullying</i>	0.49 (0.23)	.13*		
Autoeficácia na prevenção do risco	-0.07 (0.05)	-.10		
Autoeficácia na influência utilização <i>internet</i>	0.78 (0.13)	.40***		
ΔF (9, 179)	12.12***		.36	.16***
Bloco 3				
Controlo parental	0.14 (0.18)	.05		
Solicitação parental	0.21 (0.15)	.10		
ΔF (11, 177)	1.51		.33	.01

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Mediação Ativa

Tal como apresentado na Tabela 3, o modelo final de regressão hierárquica para a predição da mediação ativa, tendo as variáveis sociodemográficas e determinantes cognitivos e comportamentais como preditores, foi significativo, $F(11, 177) = 12.65$, $p < .001$. O modelo final explicou 44% da variância da mediação ativa. O Bloco 1 contribuiu para a variância na mediação ativa, em que o género e a escolaridade dos/as pais/mães e a idade dos/as adolescentes se mostraram preditores significativas da mediação ativa. Os resultados para o Bloco 2 indicaram que a introdução das competências digitais e da autoeficácia na influência utilização *internet* contribuiu significativamente para o aumento da variância explicada da mediação ativa ($\Delta R^2 = .21$, $p < .001$). Por fim, a solicitação parental introduzida no Bloco 3 contribuiu significativamente para a variância na mediação ativa.

Tabela 3.*Regressão Hierárquica Predizendo Mediação Ativa Parental*

Variável	B (SE)	β	R^2	ΔR^2
Bloco 1				
Gênero pais/mães	-2.61 (0.79)	-.24***		
Idade pais/mães	-0.10 (0.09)	-.09		
Escolaridade pais/mães	-2.31 (0.78)	-.21*		
Gênero adolescentes	-0.46 (0.68)	-.05		
Idade adolescentes	-0.45 (0.18)	.18**		
F (5, 183)	5.68***		.13***	
Bloco 2				
Competências digitais pais/mães	0.20 (0.07)	.18**		
Atitudes face <i>cyberbullying</i>	0.24 (0.18)	.08		
Autoeficácia na prevenção do risco	0.02 (0.04)	.03		
Autoeficácia na influência utilização <i>internet</i>	0.59 (0.10)	.39***		
ΔF (9, 179)	14.73***		.35	.21***
Bloco 3				
Controlo parental	0.06 (0.13)	.03		
Solicitação parental	0.58 (0.11)	.35***		
ΔF (11, 177)	14.43***		.44	.09***

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo examinar os determinantes sociodemográficos, cognitivos e comportamentais da mediação ativa e da mediação restritiva dos/as pais/mães, na utilização das tecnologias digitais dos/as adolescentes.

No que diz respeito à mediação restritiva, verificou-se que os determinantes demográficos que apresentaram correlações significativas foram o género e a escolaridade dos/as pais/mães e a idade dos/as adolescentes. Nos determinantes cognitivos, os resultados foram mais significativos nas atitudes dos/as pais/mães face ao *cyberbullying* e na autoeficácia na influência parental na utilização da *internet*. Os determinantes comportamentais, nomeadamente a monitorização parental nas dimensões da solicitação da informação e do controlo parental não apresentaram resultados significativos. Relativamente à mediação ativa, verificou-se que os determinantes demográficos que apresentaram correlações significativas foram o género e a escolaridade dos/as pais/mães e a idade dos/as adolescentes. Considerando os determinantes cognitivos, as competências digitais dos/as pais/mães e a autoeficácia parental na influência na utilização da *internet* mostraram ser preditores robustos. Nos determinantes comportamentais, a dimensão da

solicitação de informação da monitorização parental foi a que se evidenciou como o maior preditor de técnicas parentais ativas.

Os resultados verificados para a mediação restritiva, corroboraram com alguns estudos nomeadamente nos determinantes demográficos, em que relativamente ao género dos/as pais/mães, as investigações de Nikken e Jansz (2014) e Valkenburg et al. (1999) referem que ser mulher, prediz a implementação de diferentes formas de mediação, quer técnicas ativas ou restritivas. No que diz respeito à escolaridade dos/as pais/mães, os resultados não corroboraram com as investigações anteriores de Livingstone et al. (2015) e Nikken e Jansz (2006). Os autores propõem que pais/mães com habilitações literárias superiores tendem a utilizar mais estratégias de mediação parental, mas no estudo verificou-se que pais/mães com escolaridade inferior tendem a aplicar técnicas de mediação ativa e restritiva. Por sua vez, a idade dos/as adolescentes, é consonante com a literatura que afirma que à medida que os filhos/as crescem são aplicadas menos estratégias de mediação (Bocking & Bocking, 2009; Khurana et al., 2015; Livingstone & Helsper 2008; Padilla-Walker et al., 2011; Sonck et al., 2013). Em relação aos determinantes cognitivos, a mediação restritiva ganhou significância quando a perceção do risco face ao *online* foi alta (atitudes face ao cyberbullying), e assim, parece que pais/mães que apresentaram atitudes negativas face ao uso das TIC pelos/as adolescentes têm tendência a aplicar técnicas mais restritivas para a utilização do digital, possivelmente achando que os/as filhos/as estarão mais protegidos e consequentemente não sujeitos a vulnerabilidades que os/as possa afetar (Lee, 2013; Nikken & Jansz, 2014; Valkenburg et al. 1999). No que concerne à autoeficácia na influência parental, o estudo corroborou a literatura existente, Hwang et al. (2017) e Livingstone e Helsper (2008), uma vez que pais/mães apresentaram maior PSE tendem a combinar técnicas de mediação ativa com restrições.

Para a mediação ativa os resultados mostraram-se parcialmente congruentes com a literatura. Assim, no que diz respeito aos determinantes sociodemográficos, nomeadamente o género dos/as pais/mães verificou-se que os resultados foram ao encontro das investigações de Nikken e Jansz (2014) e Valkenburg et al. (1999), pelo facto do género feminino implementar diferentes formas de mediação. Em relação à escolaridade dos/as pais/mães, os *outcomes* contrastaram com a literatura (Livingstone et al., 2015; Nikken & Jansz, 2006), como já referido anteriormente, ou seja, pais/mães com níveis educacionais inferiores apresentaram maior probabilidade de aplicar técnicas ativas e restritivas de mediação. Para a idade dos/as adolescentes, os resultados foram ao encontro dos vários estudos, que referem que a mediação parental é mais frequente nos/as filhos/as mais novos/as (Bocking & Bocking, 2009; Khurana et al., 2015; Livingstone & Helsper 2008; Padilla-Walker et al., 2011; Sonck et al., 2013). No que concerne aos determinantes cognitivos, as

competências digitais e a autoeficácia na influência na utilização da *internet* os resultados apresentaram-se concordantes com a literatura. Assim, pais/mães apresentam uma mediação mais ativa quando se julgam mais qualificados digitalmente (Livingstone et al., 2017). No que diz respeito à autoeficácia na influência parental, e como já referido anteriormente, este determinante apresentou correlações significativas tanto com a mediação ativa como com a mediação restritiva (Hwang et al., 2017; Livingstone & Helsper, 2008). Em relação aos determinantes comportamentais, os resultados do estudo apresentaram-se consonantes com a literatura, uma vez que a solicitação de informação sobre as atividades, os amigos e o local por onde costumam andar, podem ser as questões mais comuns de mediação ativa para com os/as filhos/as. Sem surpresa, a prevalência da monitorização na dimensão da solicitação de informação demonstra uma mediação ativa mais específica para a utilização das TIC, e reflete uma maior prevenção dos riscos no digital (Borawski et al., 2003; Khurana et al., 2015).

Estas descobertas lançam uma luz sobre as estratégias da mediação parental relacionadas com a utilização das tecnologias digitais dos/as filhos/as adolescentes. De acordo com o modelo bidirecional de influências pais/mães e filhos/as (Sameroff, 2009), não apenas a parentalidade influencia os comportamentos da criança/adolescente, mas também o comportamento da criança/adolescente influencia os comportamentos dos/as pais/mães. Assim, pode ser que perante os desafios do uso constante das tecnologias digitais e o estágio de desenvolvimento dos/as filhos/as, os/as pais/mães recorram a uma combinação de estratégias ativas e restritivas de forma a promover comportamentos seguros, explorar oportunidades e diminuir e/ou evitar os riscos *online*, nomeadamente o ciberbullying.

É interessante notar que os/as pais/mães são agentes tanto no processo de socialização dos/as filhos/as, como no campo das tecnologias digitais. A consciencialização dos benefícios e oportunidades que a *internet* oferece, bem como os riscos que comporta, poderá ser uma tarefa exigente, levando os pais a aplicarem mais esforços para permanecerem ativamente envolvidos no uso das TIC dos/as filhos/as.

Limitações

Realizada a análise aos dados, a sua interpretação e reflexão sobre os resultados, constata-se limitações que poderão ser oportunidades para pesquisas futuras. Em primeiro lugar, foi realizado um estudo transversal que não permite identificar relações de causa-efeito. Em segundo, não foi recolhida informação sobre perpretação ou vitimação de ciberbullying pelos/as filhos/as adolescentes, o que permitiria compreender as associações entre as estratégias de mediação restritiva e ativa e os comportamentos de risco dos/as adolescentes. Por último, os dados foram

apenas recolhidos com os/as pais/mães. Seria benéfico para investigações futuras incorporar também a perspectiva dos/as adolescentes sobre a mediação parental, nomeadamente os efeitos e a perceção das diferentes estratégias de mediação parental nas suas experiências *online* (Nikken & Jansz, 2006).

Implicações para a Prática Clínica e Prevenção

O presente estudo pode contribuir de forma positiva para a investigação existente ao examinar os determinantes sociodemográficos, cognitivos e comportamentais da mediação parental ativa e restritiva no uso das TIC.

As descobertas são relevantes para a prática baseada na evidência de psicólogos, bem como para outros técnicos superiores e pais/mães e podem contribuir para a elaboração de programas de prevenção e promoção parental, baseados no treino da regulação da mediação, no incentivo ao envolvimento parental, com o objetivo de orientar pais/mães a responderem de forma eficaz aos desafios entre a adolescência, o mundo das TIC e a vulnerabilidade aos riscos. Estes resultados apontam também, para a importância das perceções dos/as pais/mães sobre a capacidade de influenciar o uso das TIC dos/as filhos/as, bem como para uma melhor compreensão sobre a importância da literacia digital. Este conhecimento, aliado a pesquisas anteriores sobre as práticas parentais com maior significância para efetuar mudanças, mostra como os/as pais/mães têm um papel preponderante nos comportamentos de socialização e na minimização dos riscos *online*.

Os *outcomes* podem também contribuir para a prática clínica de psicólogos e técnicos superiores que avaliam ou intervêm com adolescentes em risco de vitimação e/ou perpretação de cyberbullying, assim como as suas famílias, como também, elaborar programas de prevenção e intervenção, tendo em conta estratégias mediante o estágio de desenvolvimento da criança/adolescente, de forma a trabalhar questões de segurança, comportamentos positivos e estratégias de capacitação nesta era digital.

Globalmente, com o reconhecimento dos determinantes que influenciam a mediação parental pode-se trabalhar para a conceptualização, entre maximização das oportunidades e a mitigação dos riscos e ao mesmo tempo em estratégias de capacitar os/as adolescentes para uma utilização segura das tecnologias digitais.

Referências Bibliográficas

- Álvarez, M., Torres, A., Rodríguez, E., Padilla, S., & Rodrigo, M. J. (2013). Attitudes and parenting dimensions in parents' regulation of Internet use by primary and secondary school children. *Computers & Education*, 67, 69-78. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2013.03.005>
- Ang, R. P. (2015). Adolescent cyberbullying: A review of characteristics, prevention and intervention strategies. *Aggression and Violent Behavior*, 25, 35-42. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2015.07.011>
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological review*, 84(2), 191-215. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0033-295X.84.2.191>
- Barlett, C. P., Helmstetter, K., & Gentile, D. A. (2016). The development of a new cyberbullying attitude measure. *Computers in Human Behavior*, 64, 906-913. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.08.013>
- Benedetto, L., & Ingrassia, M. (2020). Digital parenting: Raising and protecting children in media world (pp. 127-148). *Parenting: Studies by an Ecocultural and Transactional Perspective*. IntechOpen. <http://dx.org/10.5772/intechopen.83010>
- Beyens, I., & Valkenburg, P. M. (2019). Parental media mediation in adolescence: A comparative study of parent and adolescent reports. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 63(4), 716-736. <https://doi.org/10.1080/08838151.2019.1680071>
- Bleakley, A., Ellithorpe, M., & Romer, D. (2016). The role of parents in problematic internet use among US adolescents. *Media and Communication*, 4(3), 24. <https://doi.org/10.17645/mac.v4i3.523>
- Böcking, S., & Böcking, T. (2009). Parental mediation of television: test of a German-speaking scale and findings on the impact of parental attitudes, sociodemographic and family factors in German-speaking Switzerland. *Journal of Children and Media*, 3(3), 286-302. <https://doi.org/10.1080/17482790902999959>
- Borawski, E. A., Levers-Landis, C. E., Lovegreen, L. D., & Trapl, E. S. (2003). Parental monitoring, negotiated unsupervised time, and parental trust: The role of perceived parenting practices in adolescent health risk behaviors. *Journal of adolescent health*, 33(2), 60-70. [https://doi.org/10.1016/S1054-139X\(03\)00100-9](https://doi.org/10.1016/S1054-139X(03)00100-9)
- Bronfenbrenner, U. (1979). Contexts of child rearing: Problems and prospects. *American psychologist*, 34(10), 844-850. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.34.10.844>

- Camerini, A. L., Marciano, L., Carrara, A., & Schulz, P. J. (2020). Cyberbullying perpetration and victimization among children and adolescents: a systematic review of longitudinal studies. *Telematics and Informatics*, 49, 101362. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2020.101362>
- Chen, V. H. H., & Chng, G. S. (2016). Active and restrictive parental mediation over time: Effects on youths' self-regulatory competencies and impulsivity. *Computers & Education*, 98, 206-212. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2016.03.012>
- Chng, G. S., Liau, A., Khoo, A., & Li, D. (2014). Parental mediation and cyberbullying—a longitudinal study. *Studies in health technology and informatics*, 199, 98-102. <https://doi.org/10.1089/cyber.2014.0368>
- Cho, C. H., & Cheon, H. J. (2005). Children's exposure to negative Internet content: Effects of family context. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 49(4), 488-509. https://doi.org/10.1207/s15506878jobem4904_8
- Collier, K., Coyne, S., Rasmussen, E., Hawkins, A., Padilla-Walker, L., Erickson, S., & Memmott-Elison, M. (2016). Does parental mediation of media influence child outcomes? A meta-analysis on media time, aggression, substance use, and sexual behavior. *Developmental psychology*, 52(5), 798-812. <https://doi.org/10.1037/dev0000108>
- Connell, S. L., Lauricella, A. R., & Wartella, E. (2015). Parental co-use of media technology with their parents in the USA. *Child Media*, 9, 5-21. <http://dx.doi.org/10.1080/17482798.2015.997440>
- Cross, D., Lester, L., & Barnes, A. (2015). A longitudinal study of the social and emotional predictors and consequences of cyber and traditional bullying victimisation. *International journal of public health*, 60(2), 207-217. <https://doi.org/10.1007/s00038-015-0655-1>
- Dornbusch, S. M., Ritter, P. L., Leiderman, P. H., Roberts, D. F., & Fraleigh, M. J. (1987). The relation of parenting style to adolescent school performance. *Child Development*, 58(5), 1244-1257. <https://psycnet.apa.org/doi/10.2307/1130618>
- Duerager, A., & Livingstone, S. (2012). How can parents support children's internet safety?. <http://eprints.lse.ac.uk/42872/>
- Elsaesser, C., Russell, B., Ohannessian, C. M., & Patton, D. (2017). Parenting in a digital age: A review of parents' role in preventing adolescent cyberbullying. *Aggression and Violent Behavior*, 35, 62-72. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.06.004>
- Garett, R., Lord, L. R., & Young, S. D. (2016). Associations between social media and cyberbullying: a review of the literature. *mhealth*, 2, 1-7. <https://doi.org/10.21037/2Fmhealth.2016.12.01>
- Glatz, T., & Buchanan, C. M. (2015). Over-time associations among parental self-efficacy, promotive parenting practices, and adolescents' externalizing behaviors. *Journal of Family Psychology*, 29(3), 427-437. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/fam0000076>

- Glatz, T., Crowe, E., & Buchanan, C. M. (2018). Internet-specific parental self-efficacy: Developmental differences and links to Internet-specific mediation. *Computers in human behavior*, 84, 8-17. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2018.02.014>
- Gómez, P., Harris, S. K., Barreiro, C., Isorna, M., & Rial, A. (2017). Profiles of Internet use and parental involvement, and rates of online risks and problematic Internet use among Spanish adolescents. *Computers in Human Behavior*, 75, 826-833. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2017.06.027>
- Goodyear, V. A., Armour, K. M., & Wood, H. (2018). Young people and their engagement with health-related social media: New perspectives. *Sport, education and society*, 1-16. <https://doi.org/10.1080/13573322.2017.1423464>
- Guzmán, M. L. (2007). Mirando al futuro: Desafíos y oportunidades para el desarrollo de los adolescentes en Chile. *Psykhé (Santiago)*, 16(1), 3-14. <https://doi.org/10.4067/s0718-22282007000100001>
- Hamm, M. P., Newton, A. S., Chisholm, A., Shulhan, J., Milne, A., Sundar, P., Ennis, H., Scott, S., & Hartling, L. (2015). Prevalence and effect of cyberbullying on children and young people: A scoping review of social media studies. *JAMA pediatrics*, 169(8), 770-777. <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2015.0944>
- Hinduja, S., & Patchin, J. W. (2014). *Bullying beyond the schoolyard: Preventing and responding to cyberbullying*. Corwin Press.
- Hwang, Y., Choi, I., Yum, J. Y., & Jeong, S. H. (2017). Parental mediation regarding children's smartphone use: Role of protection motivation and parenting style. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 20 (6), 362-368. <https://doi.org/10.1089/cyber.2016.0555>
- Jones, T. L., & Prinz, R. J. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical psychology review*, 25(3), 341-363. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2004.12.004>
- Khurana, A., Bleakley, A., Jordan, A. B., & Romer, D. (2015). The protective effects of parental monitoring and internet restriction on adolescents' risk of online harassment. *Journal of Youth and Adolescence*, 44(5), 1039-1047. <https://doi.org/10.1007/s10964-014-0242-4>
- Kirschner, P. A., & De Bruyckere, P. (2017). The myths of the digital native and the multitasker. *Teaching and Teacher education*, 67, 135-142. <https://doi.org/10.1016/j.tate.2017.06.001>
- Kirwil, L. (2009). Parental mediation of children's internet use in different European countries. *Journal of Children and Media*, 3(4), 394-409. <https://doi.org/10.1080/17482790903233440>

- Korchmaros, J. D., Mitchell, K. J., & Ybarra, M. L. (2014). Technology-based interpersonal victimization: Predictors of patterns of victimization over time. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(7), 1297-1317. <https://doi.org/10.1177/0886260513506277>
- Kowalski, R. M., Limber, S. P., & McCord, A. (2019). A developmental approach to cyberbullying: Prevalence and protective factors. *Aggression and Violent Behavior*, 45, 20-32. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.02.009>
- Lamela, D., & Jongenelen, I. (2022). *Protocolo de avaliação da mediação parental na utilização das tecnologias digitais*. Porto: Universidade Lusófona.
- Lau, W. W., & Yuen, A. H. (2016). The relative importance of paternal and maternal parenting as predictors of adolescents' home Internet use and usage. *Computers & Education*, 102, 224-233. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2016.09.002>
- Lee, S. J. (2013). Parental restrictive mediation of children's internet use: Effective for what and for whom?. *New media & society*, 15(4), 466-481. <https://doi.org/10.1177%2F1461444812452412>
- Lee, S. J., & Chae, Y. G. (2012). Balancing participation and risks in children's internet use: The role of internet literacy and parental mediation. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 15(5), 257-262. <https://doi.org/10.1089/cyber.2011.0552>
- Liu, Q. X., Fang, X. Y., Deng, L. Y., & Zhang, J. T. (2012). Parent-adolescent communication, parental Internet use and Internet-specific norms and pathological Internet use among Chinese adolescents. *Computers in Human Behavior*, 28(4), 1269-1275. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2012.02.010>
- Livingstone, S., & Helsper, E. (2008). Parental mediation of children's internet use. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 52(4), 581-599. <https://doi.org/10.1080/08838150802437396>
- Livingstone, S., Mascheroni, G., Dreier, M., Chaudron, S., & Lagae, K. (2015). How parents of young children manage digital devices at home: The role of income, education and parental style. *EU Kids Online, LSE*. www.eukidsonline.net
- Livingstone, S., Ólafsson, K., Helsper, E. J., Lupiáñez-Villanueva, F., Veltri, G. A., & Folkvord, F. (2017). Maximizing opportunities and minimizing risks for children online: The role of digital skills in emerging strategies of parental mediation. *Journal of communication*, 67(1), 82-105. <https://doi.org/10.1111/jcom.12277>
- Lwin, M. O., Stanaland, A. J., & Miyazaki, A. D. (2008). Protecting children's privacy online: How parental mediation strategies affect website safeguard effectiveness. *Journal of retailing*, 84(2), 205-217. <https://doi.org/10.1016/j.jretai.2008.04.004>
- Maidel, S., & Vieira, M. (2015). Mediação parental do uso da internet pelas crianças. *Psicologia em Revista*, 21(2), 293-313. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9523.2015V21N2P292>

- Maniaci, M. R., & Rogge, R. D. (2014). Caring about carelessness: Participant inattention and its effects on research. *Journal of Research in Personality*, 48, 61-83.
<https://doi.org/10.1016/j.jrp.2013.09.008>
- Mascheroni, G. (2014). Parenting the mobile internet in Italian households: Parent's and children's discourses. *Journal of Children and Media*, 8(4), 440-456.
<https://doi.org/10.1080/17482798.2013.830978>
- Menesini, E., Nocentini, A., & Camodeca, M. (2013). Morality, values, traditional bullying, and cyberbullying in adolescence. *British Journal of Developmental Psychology*, 31(1), 1-14.
<https://doi.org/10.1111/j.2044-835X.2011.02066.x>
- Mesch, G. S. (2009). Parental mediation, online activities, and cyberbullying. *Cyberpsychology & behavior*, 12(4), 387-393. <https://doi.org/10.1089/cpb.2009.0068>
- Miller, N. (2002). Personalization and the promise of contact theory. *Journal of Social Issues*, 58(2), 387-410. <https://doi.org/10.1111/1540-4560.00267>
- Nikken, P., & Jansz, J. (2014). Developing scales to measure parental mediation of young children's internet use. *Learning, Media and technology*, 39(2), 250-266.
<https://doi.org/10.1080/17439884.2013.782038>
- Nikken, P., & Jansz, J. (2006). Parental mediation of children's videogame playing: A comparison of the reports by parents and children. *Learning, media and technology*, 31(2), 181-202.
<https://doi.org/10.1080/17439880600756803>
- Nikken, P., & Schols, M. (2015). How and why parent's guide the media use of young children. *Journal of child and family studies*, 24(11), 3423-3435.
<https://doi.org/10.1007/s10826-015-0144-4>
- Padilla-Walker, L. M., & Coyne, S. M. (2011). "Turn that thing off!" parent and adolescent predictors of proactive media monitoring. *Journal of adolescence*, 34(4), 705-715.
<https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2010.09.002>
- Peterson, J., & Densley, J. (2017). Cyber violence: What do we know and where do we go from here?. *Aggression and Violent Behavior*, 34, 193-200.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.012>
- Rodríguez-de-Dios, I., and Igartua, J. J. (2016). Skills of Digital Literacy to Address the Risks of Interactive Communication. *JITR*, 9, 1, 54-64. <http://doi.org/10.4018/JITR.2016010104>
- Rosen, L. D., Whaling, K., Carrier, L. M., Cheever, N. A., & Rokkum, J. (2013). The media and technology usage and attitudes scale: An empirical investigation. *Computers in human behavior*, 29(6), 2501-2511. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2013.06.006>

- Sameroff, A. (2009). *The transactional model*. American Psychological Association.
<https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/11877-001>
- Sasson, H., & Mesch, G. (2014). Parental mediation, peer norms and risky online behavior among adolescents. *Computers in Human Behavior*, 33, 32-38.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2013.12.025>
- Sciaccia, B., Laffan, D. A., Norman, J. O. H., & Milosevic, T. (2022). Parental mediation in pandemic: Predictors and relationship with children's digital skills and time spent online in Ireland. *Computers in Human Behavior*, 127, 107081.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2021.107081>
- Shin, W. (2017). Active mediation of television, internet and mobile advertising. *Young Consumers*.
<https://doi.org/10.1108/YC-06-2017-00700>
- Shin, W. (2018). Empowered parents: the role of self-efficacy in parental mediation of children's smartphone use in the United States. *Journal of Children and Media*, 12(4), 465-477.
<https://doi.org/10.1080/17482798.2018.1486331>
- Shin, W. (2015). Parental socialization of children's Internet use: A qualitative approach. *New media & society*, 17(5), 649-665. <https://doi.org/10.1177%2F1461444813516833>
- Shin, W., & Kang, H. (2016). Adolescents' privacy concerns and information disclosure online: The role of parents and the Internet. *Computers in Human Behavior*, 54, 114-123.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.07.062>
- Shin, W., & Lwin, M. O. (2017). How does "talking about the Internet with others" affect teenagers' experience of online risks? The role of active mediation by parents, peers, and school teachers. *New Media & Society*, 19(7), 1109-1126. <https://doi.org/10.1177/1461444815626612>
- Sonck, N., Nikken, P., & De Haan, J. (2013). Determinants of Internet mediation: A comparison of the reports by Dutch parents and children. *Journal of children and media*, 7(1), 96-113.
<https://doi.org/10.1080/17482798.2012.739806>
- Stattin, H., & Kerr, M. (2000). Parental monitoring: A reinterpretation. *Child development*, 71(4), 1072-1085. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00210>
- Steinberg, L., & Lerner, R. M. (2004). The scientific study of adolescence: A brief history. *The Journal of Early Adolescence*, 24(1), 45-54. <https://doi.org/10.1177/0272431603260879>
- Steinberg, L., & Morris, A. S. (2001). Adolescent development. *Annual review of psychology*, 52(1), 83-110. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.83>
- Symons, K., Ponnet, K., Emmery, K., Walrave, M., & Heirman, W. (2017). A factorial validation of parental mediation strategies with regard to internet use. *Psychologica Belgica*, 57(2), 93.
<https://doi.org/10.5334%2Fpb.372>

- Valkenburg, P., Krcmar, M., Peeters, A., & Marseille, N. (1999). Developing a scale to assess three styles of television mediation: "Instructive mediation", "restrictive mediation", and "social covieing". *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 43(1), 52-66. <https://doi.org/10.1080/08838159909364474>
- Valkenburg, P. M., Piotrowski, J. T., Hermanns, J., & De Leeuw, R. (2013). Developing and validating the perceived parental media mediation scale: A self-determination perspective. *Human Communication Research*, 39(4), 445-469. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/hcre.12010>
- Wang, R., Bianchi, S. M., & Raley, S. B. (2005). Teenagers' Internet use and family rules: A research note. *Journal of Marriage and Family*, 67(5), 1249-1258. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2005.00214.x>
- Warren, R., & Aloia, L. (2019). Parenting style, parental stress, and mediation of children's media use. *Western Journal of Communication*, 83(4), 483-500. <https://doi.org/10.1080/10570314.2019.1582087>
- Wright, M. F. (2015). Cyber victimization and adjustment difficulties: The mediation of Chinese and American adolescents' digital technology usage. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 9(1), 1-13. <https://doi.org/10.5817/CP2015-1-7>
- Wright, M. F. (2017). Parental mediation, cyberbullying, and cybertrolling: The role of gender. *Computers in Human Behavior*, 71, 189-195. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2017.01.059>
- Wright, M. F. (2018). Cyberbullying victimization through social networking sites and adjustment difficulties: The role of parental mediation. *Journal of the Association for Information Systems*, 19(2), 113-123. <https://aisel.aisnet.org/jais/vol19/iss2/1>